

O papel do movimento sindical para além das nossas fronteiras

É absolutamente oportuno o tema dessa edição especial da *Retratos da Escola*. As lutas globais dos nossos sindicatos e a nossa incidência nas arenas internacionais de luta têm muito a ver com democracia e soberania. Se a articulação dos/das inimigos/as da educação se dá num nível internacional, a nossa resistência e nossas proposições devem também estar articuladas globalmente.

É sabido, não de hoje, da tarefa fundamental que os sindicatos têm na defesa dos interesses mais imediatos da classe que representam. Nascidos na Europa no final do século XIX, em resposta às péssimas condições de trabalho que a Revolução Industrial impunha aos trabalhadores e às trabalhadoras, incluindo crianças, os sindicatos fazem parte do processo civilizatório de regulação do capitalismo. A exploração voraz e sem medida sobre as pessoas fazia a expectativa de vida variar, em meados do século XIX, entre os 30 e 35 anos de idade, diante da superexploração que marcou o início do processo industrial no mundo. Com a descoberta da vacina contra a varíola e os avanços médicos, a idade máxima alcançada pelas pessoas nos anos 1900 aumentou para 45 anos.

O surgimento dos sindicatos defendendo melhores condições de trabalho para as pessoas trabalhadoras, contra as jornadas extenuantes de até 18 horas por dia e pela regulação que limitava o trabalho infantil, foi fundamental nesse processo incremental de ganhos de direitos e de aumento da expectativa de vida durante o século XX. E tudo começou pela ação sindical que, entre tantas questões, atuava também por melhorias salariais e melhores condições de trabalho. Mas os sindicatos logo perceberam a sua vocação para falar de um mundo novo, diferente daquele que emergia e que se impunha em todos os países do mundo e a todas as pessoas. A sua ação não podia se restringir a uma fábrica e tampouco a um país.

Aqueles ideais de defesa e garantia de direitos circularam pelos países europeus e cruzaram os oceanos com as migrações que da Europa partiam para todos os rincões do mundo, inclusive aqui, para as Américas e o Brasil. O fim da Primeira Guerra Mundial nos legou o surgimento da Organização Internacional do Trabalho – OIT em 1919, já com a previsão de uma composição tripartite, que incluía a representação dos primeiros sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras naquele espaço de diálogo e concertação

globais. No Brasil, as migrações italianas trouxeram essa ideia a um país que, sem indústrias, tinha acabado de abolir a escravidão por pressão dos movimentos abolicionistas e dos países mais desenvolvidos à época, como a Inglaterra. E com aqueles/as trabalhadores/as italianos/as, a ideia de sindicatos que aqui chegou para defender os/as explorados/as não podia estar, naturalmente, dissociada de um princípio caro ao movimento sindical mais autônomo e combativo desde os seus primórdios: o internacionalismo como movimento que extrapola fronteiras e vê os outros países e povos padecendo dos mesmos problemas e desafios que ocorrem em nosso território que, em grande medida, inventado e delimitado em suas fronteiras, não pode admitir isolamento e falta de empatia com os povos de todo o mundo.

O movimento sindical da educação no Brasil, como a CNTE, sempre desempenhou um papel estratégico na defesa da escola pública, de seus/suas educadores/as e da articulação com entidades internacionais. Antes mesmo de assim ser chamada, ainda como Confederação dos Professores do Brasil – CPB, anterior portanto ao processo de unificação com os/as funcionários/as da educação, a CPB mantinha uma forte articulação internacional, influenciando debates globais sobre as questões internacionais da educação e de seus/suas trabalhadores/as. Com o advento da CNTE na década de 1990, o movimento sindical de educadores/as da Educação Básica no Brasil também não se limitou ao cenário brasileiro.

Herança ainda da CPB e dos anos 1980, os/as educadores/as brasileiros/as já mantinham uma articulação internacional por meio da Confederação de Educadores Americanos – CEA, com sede em Montevidéu, capital do Uruguai. Em 1993, com forte empenho da CNTE, foi fundada a Internacional da Educação – IE, com sede em Bruxelas, reunindo sindicatos de educação de mais de 170 países, representando cerca de 32 milhões de trabalhadores/as em todo o mundo. Temos na América Latina uma seção da IE, com sede em San José, Costa Rica: a Internacional da Educação para a América Latina – IEAL.

Essa inserção garante que as pautas brasileiras dialoguem com a agenda global, fortalecendo campanhas das mais diversas, como *Mais investimento para a Educação Pública* e *Não venda a minha escola*, além da construção transnacional de uma pauta de resistência ao processo crescente de mercantilização e privatização da educação em todos os países. O consórcio de empresas interessado no negócio chamado educação atua de forma articulada e, por isso, deve ser também combatido pelo movimento sindical de educadores/as e não de um país somente.

No Congresso Mundial da Internacional da Educação – IE ocorrido no ano de 2015 no Canadá, o principal eixo de ação deliberado foi a luta permanente, em todos os espaços, contra a mercantilização e a privatização da educação. Esse encontro reuniu delegados/as de 260 organizações de trabalhadores/as da educação de 142 países dos cinco continentes.

Os eixos definidos nesse Congresso consolidaram o entendimento já esboçado pelo Congresso anterior, ocorrido na Cidade do Cabo, na África do Sul, no ano de 2011. Diante

disso, foi definido que a IE passaria a ter como base política a luta contra a privatização dos serviços de educação, pela ampliação do uso da tecnologia da informação e comunicação na educação; em defesa de uma direção escolar mais colaborativa, envolvendo administradores/as, professores/as e toda a comunidade pedagógica; e pela garantia de financiamento público que possibilite a qualidade da educação igualitária e inclusiva.

Essa linha política de atuação também continuou no 8º Congresso Mundial da IE, ocorrido em Bangkok, na Tailândia, em 2021. Nesse Congresso, por influência dos/das educadores/as brasileiros lá representados/as pela CNTE, que já haviam encampado no Brasil a Campanha *Lula Livre* em âmbito nacional, conseguimos também encampá-la em nível internacional, de modo a demonstrar que o então ex-presidente Lula, que se encontrava preso na ocasião, havia sido vítima de um processo judicial viciado, injusto e persecutório.

Já a Internacional da Educação para América Latina – IEAL, como uma seção regional da IE, segue as mesmas diretrizes e orientações tiradas e pactuadas em âmbito global. Nos dias 20, 21 e 22 de setembro de 2017, a IEAL realizou o Encontro Regional para a Resposta Global frente a Privatização e o Comércio Educativo na América Latina, em Heredia, na Costa Rica. Nesse encontro, os sindicatos da educação filiados à IEAL definiram suas próximas ações diante do avanço dos processos de privatização e mercantilização da educação em todos os países da região, que se dão de forma mais ou menos coordenada, mas evidenciando que o ataque à educação pública é uma ação global e que, nesses termos, precisa também de uma resposta internacional dos movimentos sociais e sindicais. O diagnóstico é que dois dos grandes desafios do movimento sindical são garantir ainda mais uma melhor articulação internacional, com o fortalecimento dos espaços de inserção das representações sindicais de trabalhadores/as; e aprimorar a luta pela democracia, ou por seu retorno.

As organizações sindicais presentes nesse Encontro de Costa Rica definiram as estratégias e os métodos de trabalho para combater o comércio educativo na região. Após lançar a Campanha Internacional *Educar, não Lucrar*, os/as participantes do Encontro articularam propostas que pudessem ser adequadas à realidade de cada um dos países, a partir de quatro eixos básicos: investimento em pesquisas e levantamentos quantitativos sobre o tema; articulação e fortalecimento da ação política; promoção da solidariedade internacional; e, por fim, construção e implementação de estratégias de comunicação mais eficazes.

No ano de 2023, no dia 17 de abril, em encontro na capital argentina Buenos Aires, deu-se a instalação na América Latina da campanha global da Internacional da Educação – que no Brasil ganhou a seguinte tradução: *Para Educação Pública, Mais Investimentos!*, contra o avanço da privatização e do comércio educativo na região. É importante frisar o entendimento de que essa realidade só pode ser alterada se as organizações sindicais de cada país – a partir de processos próprios de formação e qualificação de seus/suas dirigentes e uma discussão avançada sobre a sua sustentação financeira independente

– mantiverem uma luta permanente contra esses casos de avanço da mercantilização e privatização da educação. O êxito dessa tarefa também depende do grau de unidade de ação que os movimentos sociais e sindicais obtiverem para fazer os enfrentamentos necessários a esse bom combate.

Os principais desafios, assim, deveriam se centrar na perspectiva de construir uma resistência continental e, quiçá, mundial, já que os governos de direita que promovem e fomentam a mercantilização e privatização da educação incomodam-se, em algum grau, com a repercussão internacional de suas ações criminosas. É necessário também denunciar as ações das grandes corporações internacionais. Ganhou força, à época, a campanha mundial contra a Pearson, grupo econômico que domina 60% de todo o comércio mundial da educação por ter uma política comercial agressiva, comprando várias empresas do ramo em muitos países, inclusive no Brasil. E essa é uma tendência que se dá não somente no âmbito da educação, mas em todos os ramos da atividade econômica, quando se percebe que grandes corporações nacionais e internacionais miram e se apropriam dos fundos públicos.

Nunca é demais lembrar que no Informe do Banco Mundial de dezembro de 2015, seus/suas analistas afirmavam que a Reforma Educacional na América Latina não obteve êxito na década de 1990 em função da resistência do movimento sindical. E para atacar o movimento e a organização sindicais, eles/elas miram no seu sistema de financiamento. Para enfrentar isso, é fundamental que o movimento sindical se volte para a proposição de políticas públicas alternativas e fortaleça, da forma mais autônoma possível, a sua representatividade junto aos/as trabalhadores/as da educação, em todos os países da região. Só assim será possível barrar esse movimento que, para muitos/as e em muitos casos, parece ser irreversível.

Outra frente de incidência internacional da CNTE se deu na construção de políticas de gênero no continente: encampada pela nossa entidade a partir de sua inserção internacional, a Campanha *Trabalhar sem Violência e sem Assédio* foi empreendida pela Internacional da Educação para América Latina – IEAL e lutou pela ratificação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Essa Convenção Internacional, que trata da eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho e faz parte da pauta central de todo o movimento sindical de educadores/as da América Latina, teve seu processo de ratificação iniciado no Brasil em 2023, em uma solenidade realizada no Palácio do Planalto pelo presidente Lula, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Por pressão do conjunto do movimento sindical brasileiro, e também desta CNTE, em articulação internacional com outras entidades da região, foi enviada uma proposta para a Câmara Federal do Brasil, dando continuidade ao processo de ratificação e regulamentação interna da Convenção 190 em nosso país.

No plano internacional, a CNTE ampliou sua atuação, além da Internacional da Educação – IE e da Internacional da Educação para a América Latina – IEAL, para

outros fóruns multilaterais, denunciando a precarização da educação brasileira e fortalecendo redes de solidariedade entre sindicatos da educação. Nos dois primeiros espaços, por meio de seus/suas representantes, a CNTE ocupa a vice-presidência das entidades com inserção, portanto, global e regional. Essa presença internacional contribuiu para pressionar o governo brasileiro em instâncias como a OIT, por meio do representante da bancada dos/das trabalhadores/as naquele espaço, egresso da CNTE e lá representando a Central Única dos Trabalhadores – CUT, além da própria ONU, especialmente em temas ligados à liberdade sindical e ao financiamento da educação. Em período mais recente, a CNTE também foi alçada à secretaria geral da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa – CPLP-SE, fortalecendo a integração sindical lusófona, promovendo o intercâmbio de experiências e defendendo a valorização de profissionais da educação nos países da CPLP.

A presença da CNTE na direção da IE, da IEAL e da CPLP-SE amplia sua capacidade de incidência em organismos multilaterais também de forma indireta. A Internacional da Educação participa do Comitê de Alto Nível da ONU criado para enfrentar a crise do apagão docente, marcada pela escassez de professores/as em escala global. Esse espaço é vital para pressionar governos a adotarem políticas de valorização profissional e o financiamento adequado da educação.

Diante disso tudo, a luta sindical na educação é marcada desde sempre pela solidariedade internacionalista. Sindicatos nacionais se apoiam mutuamente para denunciar ataques aos direitos de professores/as e funcionários/as da educação, como perseguições políticas, cortes salariais e tentativas de privatização. Essa rede de solidariedade fortalece resistências locais e projeta denúncias em arenas internacionais.

Os sindicatos de trabalhadores/as da educação, liderados por entidades como a CNTE, não apenas defendem a escola pública em seus países, mas também constroem uma frente global contra os ataques neoliberais, como os processos crescentes de mercantilização e privatização da educação. A CNTE, assim, ao articular-se com a IE e a IEAL, e por meio dessas conseguir incidência também em outros tantos espaços de concertação social, se projeta como a voz dos/das trabalhadores/as brasileiros/as em espaços globais, reforçando que a defesa da educação pública é uma luta internacional e que só será vitoriosa com solidariedade internacionalista e unidade sindical. Nossa ação reverbera a luta por justiça global, dever de todos/as os/as educadores/as. E neste número especial da *Retratos da Escola*, que possamos ter um material importante sistematizando todo esse acúmulo e essa trajetória, obra de muitas mãos educadoras e braços educadores.

Helena Araújo

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação